Processo nº 496/2007

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Por sentença proferida nos Autos de Processo Comum Singular nº CR3-06-0476, foi A, arguido com os sinais dos autos, condenado pela prática, como autor, de 2 crimes de “detenção de estupefaciente para consumo” p. e p. pelo art. 23º, al. a) do D.L. nº 5/91/M, fixando-lhe o Tribunal a pena de 2 meses de prisão para cada crime, e, em cúmulo jurídico, a pena única de 3 meses de prisão; (cfr., fls. 201 a 203-v e 257 a 266).

*

Inconformado, o arguido recorreu.

Motivou para concluir afirmando em síntese que a matéria de facto dada como provada padece do vício de “erro notório na apreciação da prova”, e que, assim, devia apenas ser condenado como autor de 1 crime do art. 23º do D.L. nº5/91/M; (cfr., fls. 226 a 228).

*

Em Resposta, pugna o Exmº Representante do Ministério Público no sentido da rejeição do recurso por inobservância do preceituado no art. 402º, nº 2 do C.P.P.M.; (cfr., fls. 230 a 231).

*

Em sede de vista, juntou o Ilustre Procurador-Adjunto douto Parecer, considerando que motivos não havia para a rejeição do recurso, e que, no seu conhecimento, se devia julgar o mesmo improcedente por nenhuma censura merecer a decisão recorrida; (cfr., fls. 269 a 272).

*

Cumpre decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Deu o Colectivo a quo como provados os factos seguintes:

“Em 11 de Abril de 2005, pelas 20h05, os guardas policiais ao passar pelo parque Iao Hon perto da tendinha do vestuário, detectaram o comportamento suspeito do arguido A e pretenderam interceptá-lo. O arguido A, ao ver isso, deitou para o chão um saquinho do guardanapo transparente de cor azul-branca, levado na sua mão esquerda e deixou o supradito local com pressa.

Os guardas policiais encontraram, no saquinho transparente de guardanapo com caracteres Tempo impressos deitado pelo arguido A, quatro tubos plásticos, cada um contendo um comprimido azul e uns pós

da cor de queijo (vide fls. 3 dos autos de apreensão).

Após o exame laboratorial, os supraditos quatro comprimidos de cor azul com peso líquido total de 0,845g, contêm Hidazolam abrangida pela Tabela IV anexa ao DL n° 5/911M, publicado em 28 de Janeiro; os supraditos pós da cor de queijo com peso líquido total de 0,111g contêm Heroína abrangida pela Tabela I-A anexa ao mesmo DL; no supracitado saquinho de guardanapo, foram verificados vestígios da Heroína abrangida pela Tabela I-A e Hidazolam abrangida pela Tabela IV anexa ao mesmo DL.

Os supraditos produtos estupefacientes destinados ao consumo pessoal, foram adquiridos pelo arguido A junto a um indivíduo da alcunha "B", pelo preço de MOP\$120,00, no dia 11 de Abril de 2005, pelas 19h45, dentro do parque Iao Hon.

Depois, os guardas policias deslocaram-se à residência do arguido A situada no XXX, XXX, Bloco XXX, XXX andar "XXX" para realizar uma busca, detectando na cama da sala de estar quatro tubos plásticos que continham uns pós de cor de queijo e um outro tubo plástico com um comprimido azul e uns pós de cor de queijo.

Após o exame laboratorial, os referidos comprimidos com peso líquido total de 0,212g contêm Hidazolam abrangida pela Tabela IV

anexa ao DL n.º 5/91/M, publicado em 28 de Janeiro; os supracitados pós da cor de queijo com peso líquido total de 0,145g contêm Heroína abrangida pela Tabela I-A anexa ao mesmo DL.

Os supracitados produtos estupefacientes destinados ao consumo pessoal, foram adquiridos pelo arguido A junto a um indivíduo da alcunha "C", pelo preço de cerca de MOP\$100,00 no dia 11 de Abril de 2005, pelas 19h40, ao redor das Portas do Cerco.

O arguido A conhecia perfeitamente a natureza e as características dos supracitados produtos estupefacientes.

O arguido, apesar de saber os seus actos não serem autorizados, adquiriu e deteve os supracitados produtos estupefacientes para consumo próprio.

O arguido agiu livre, voluntária e dolosamente.

O arguido sabia bem que seus actos foram proibidos e punidos pela Lei.

O arguido não é primário e actualmente está a cumprir as penas na prisão.

Foram, no entretanto, provadas as condições económicas do arguido como o seguinte:

O arguido tem como habilitação académica o 5.º ano do curso do

ensino primário, está desempregado.

Não tem ninguém a seu cargo.

Na audiência, o arguido confessou parte dos factos imputados”;
(cfr., fls. 201-v a 202-v e 260 a 262).

Do direito

3. Quanto à rejeição do recurso por inobservância do disposto no art. 402º, nº 2 do C.P.P.M..

Nos termos do referido comando legal:

“1. A motivação enuncia especificamente os fundamentos do recurso e termina pela formulação de conclusões, deduzidas por artigos, em que o recorrente resume as razões do pedido.

2. Versando matéria de direito, as conclusões indicam ainda, sob pena de rejeição:

a) As normas jurídicas violadas;

b) O sentido em que, no entendimento do recorrente, o tribunal recorrido interpretou cada norma ou com que a aplicou e o sentido em que ela devia ter sido interpretada ou com que devia ter sido aplicada; e

c) Em caso de erro na determinação da norma aplicável, a norma jurídica que, no entendimento do recorrente, deve ser aplicada.

3. Quando, nos termos do artigo 415.º, houver lugar a renovação da prova, o recorrente indica, a seguir às conclusões, as provas que entende deverem ser renovadas perante o tribunal a que o recurso se dirige, mencionando em relação a cada uma os factos que se destina a esclarecer e as razões que justificam a renovação.”

Ponderando no teor das conclusões pelo ora recorrente apresentadas, somos de opinião que, “in casu”, justificada não é a rejeição do presente recurso.

Com efeito, cremos até que tão só por equívoco se suscitou a questão da rejeição por inobservância do art. 402º, nº 2 do C.P.P.M., sendo também de considerar que, ainda que assim não se entenda, sempre seria de interpretar o comando em questão sem excessivos formalismos, a fim de não se prejudicar a almejada “justiça material”; (neste sentido, vd., v.g., Maia Gonçalves in, “C.P.P. Comentado e Anotado”, 15º ed., 2005, pág. 839, e, Ac. deste T.S.I. de 12.04.2007, Proc. 341/2006).

Assim, sendo que a “questão” pelo recorrente trazida a esta Instância é uma questão que respeita à “decisão da matéria de facto”, (certo sendo também que não deixou o mesmo de citar o art. 23º do D.L. nº 5/91/M), cremos pois que não é de se rejeitar o presente recurso, devendo-se avançar para o conhecimento do seu mérito.

Nesta conformidade, continuemos.

4. Entende o recorrente que incorreu o Tribunal a que em “erro notório na apreciação de prova”, afirmando que o produto estupefaciente acondicionado num “saquinho de guardanapo de cor azul-branca” pelos guardas policiais encontrado e referenciado nos 1º e 2º § da matéria de facto dada como provada não lhe pertencia.

Ora, é patente que nenhuma razão lhe assiste.

Como, repetidamente tem este T.S.I. afirmado, o apontado vício nada tem a ver com “a eventual desconformidade entre a decisão de facto do Tribunal e aquela que entende como adequada o recorrente”, e que o mesmo só se verifica “quando se dão como provados factos

incompatíveis entre si, quando de um facto provado se retira uma conclusão logicamente inaceitável ou quando se violam as regras sobre o valor da prova vinculada, as regras de experiência ou as legis artis”; (cfr., v.g., o Ac. de 27.09.2001, Proc. n.º 168/2001 e de 21.11.2002, Proc. n.º 204/2002, do ora relator).

Assim, sendo também que “a invocação de tal vício não pode servir para por em causa a livre convicção do Tribunal”, (cfr., v.g., o Ac. de 01.07.2004, Proc. n.º 132/2004), e não se vislumbrando que a decisão da matéria de facto proferida contenda com qualquer elemento de prova do valor vinculado, o mesmo sucedendo com as regras de experiências ou legis artis, há pois que confirmar aquela.

Aqui chegados, outra questão se nos coloca

5. Consiste pois em saber se a conduta do mesmo recorrente, tal como provada ficou, permite a sua condenação como autor de 2 crimes p. e p. pelo art. 23.º do D.L. n.º 5/91/M, (questão a que em sede de audiência de julgamento se fez referência).

Vejam os.

Nos termos do mencionado comando legal:

“A aquisição ou detenção ilícita de substâncias ou preparados compreendidos nas tabelas I a IV, para consumo pessoal, fora da previsão do artigo 11.º, será punida:

a) Com pena de prisão até 3 meses ou multa de 500 a 10 000 patacas;

b) Com multa de 250 a 5 000 patacas, se as substâncias ou preparados se destinavam a fim terapêutico.”

Face ao assim estatuído, reconhece-se como defensável o entendimento no sentido de que com o transcrito preceito, pune-se “a aquisição ou detenção ilícita de substâncias ou preparados... para consumo pessoal...” (sublinhado nosso).

Assim, tendo-se apurado que as drogas que se encontravam com o recorrente e as que foram apreendidas na sua residência foram “adquiridas” a indivíduos diferentes e em locais diversos, (cfr., § 4 e 7 da matéria de facto), adequada seria a sua condenação como autor da prática

de 2 crimes do art. 23º em causa.

Não obstante o que se deixou consignado, cremos porém não ser esta a melhor solução, já que, em nossa opinião, com o preceito em questão se pretende punir o “consumo de estupefacientes”, aliás, como da epígrafe do mesmo art. 23º parece resultar.

De facto, o referido preceito tem como epígrafe “punição do consumo”, afigurando-se-nos assim que motivos não há para autonomizar as duas aquisições de estupefacientes que o ora recorrente efectuou, nomeadamente, quando provado está que as mesmas ocorreram a “cinco minutos” de distância e que o estupefaciente de ambas se destinava exclusivamente ao seu consumo.

Para além disso, importa ter em conta que também em relação ao crime de “tráfico de estupefacientes” (do art. 8º do D.L. nº 5/91/M) se tem considerado que o mesmo é de “trato sucessivo”, devendo-se atender não só às porções de estupefaciente que o seu autor, em dado momento trafica, mas a todas as quantidades que traficou durante um determinado período.

Decisão

6. Em face do exposto, acordam, julgar improcedente a suscitada questão prévia, negar provimento ao recurso, e, alterando-se officiosamente a qualificação jurídica efectuada na sentença recorrida, fica o arguido condenado na pena de 2 meses de prisão pela sua prática como autor de 1 crime do art. 23º, al. a) do D.L. nº 5/91/M.

Pelo decaimento pagará o recorrente a taxa de justiça de 3 UCs, fixando-se, como honorários ao seu Ilustre Defensor, o montante de MOP\$900,00.

Macau, aos 25 de Outubro de 2007

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong